

## CONJUNTURA

## Estados vão recorrer sobre ICMS do diesel

Comsefaz fez reunião extraordinária para debater decisão do STF para alíquota única

» FERNANDA STRICKLAND

O colegiado do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz) decidiu, ontem, em reunião, recorrer da decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF). O magistrado acatou a ação em que o governo federal pede a suspensão da forma como os estados aplicaram a alíquota única do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do óleo diesel. A reunião foi virtual e fechada à imprensa.

Em nota, o órgão diz que os secretários estaduais de Fazenda entendem que o debate deve ser aprofundando, envolvendo os procuradores-gerais dos estados e do Distrito Federal, “de forma a achar a melhor solução, ou seja, a que de fato esteja em concordância com as diretrizes constitucionais, respeitando a autonomia dos Estados e contribuindo para o controle dos preços dos combustíveis, o maior anseio da população brasileira”.

Uma lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, em março, definiu que deveria haver uma alíquota única do ICMS sobre o diesel em todo o Brasil.

Os secretários estaduais de Fazenda, ao regulamentar a medida, fixaram um valor único do ICMS a ser cobrado no preço final do combustível, como manda a lei, mas permitiram descontos, o que na prática possibilitou a cada estado manter a mesma alíquota que aplicava anteriormente. O valor estabelecido na ocasião foi de R\$ 1,006 por litro de óleo diesel S10, o mais usado no país.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Frentista abastece caminhão: Mendonça decidiu favoravelmente ao governo Bolsonaro na guerra do ICMS

## Entenda a polêmica

Na última quinta-feira, a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com pedido de liminar no Supremo para suspender a decisão dos estados e o convênio com o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que limitou os efeitos da desoneração do diesel pretendida pelo governo federal com a Lei complementar nº 192/2022.

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), a AGU questionou o convênio do Confaz, de março, que definiu as alíquotas *ad rem*, ou seja, o valor fixo sobre determinada quantidade de ICMS. A AGU adota “um heterodoxo ‘fator de equalização’

de carga tributária para cada estado”, para “adaptar a arrecadação de ICMS dos estados e DF ao novo modelo de tributação monofásica”. Segundo a Advocacia-Geral da União, o Confaz afronta às normas e dá “continuidade a um sistema de tributação disfuncional, federativamente assimétrico e injustamente oneroso para o contribuinte”.

Após esse pedido de liminar, na sexta-feira, o ministro atendeu a um pedido do governo e suspendeu as normas estaduais de ICMS para o diesel. A ação foi protocolada pela AGU e pediu a derrubada da decisão do Confaz, que definiu a alíquota de ICMS sobre o combustível.

“Ademais, a relevância e

urgência da questão parece-me clara ao se verificar que tanto o Chefe do Poder Executivo — autor da presente demanda —, quanto o chefe do Poder Legislativo federal — que instou o Confaz a reanalisar a questão por meio do Ofício suso mencionado —, ocupam-se da matéria, manifestando-se, cada um à sua maneira, pela necessária superação do status quo, inalterado pela norma vergastada”, escreveu o ministro.

Mendonça deu prazo de cinco dias para que Câmara, Senado e o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) se manifestem sobre o tema. Em seguida, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Advocacia-Geral da União (AGU) terão prazo semelhante.

## Sem verba, Inkra suspende atividades

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) suspendeu, na sexta-feira, as atividades que envolvem deslocamentos para eventos. Com a decisão, estão canceladas, inclusive, as entregas de títulos de propriedade. Ofício interno enviado aos superintendentes regionais do Inkra ressalta que as atividades são feitas com recursos das emendas do orçamento secreto, que dependem de indicação do relator-geral da Lei Orçamentária Anual (LOA).

“Nesse cenário, já estamos no mês de maio de 2022, e até o momento este instituto não teve disponibilizados recursos para esse

fim, pelo fato de que todo o orçamento finalístico do Inkra se encontra indisponível, e não pode ser utilizado de forma discricionária pela autarquia”, diz o documento, assinado pelo presidente do Inkra, Geraldo José Filho.

“Isso posto, em razão do previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, faz-se necessário o estrito cumprimento da presente medida no sentido de se evitar qualquer responsabilização dos gestores na execução orçamentária da autarquia”, afirma outro trecho do ofício. A decisão vale até o presidente do Inkra revogá-la.

Em nota, o Inkra sustenta que o ofício expedido pela

Presidência não suspende as atividades da Autarquia. “O documento trata das medidas de gestão a serem observadas para que a atuação prioritária — de supervisão e vistoria — continue a acontecer, cumpridos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, possibilitando que se siga produzindo os resultados e a efetividade das políticas públicas esperados”, informa.

Assim, continua a nota do Inkra, “forças-tarefa e ações em estados com recursos orçamentários já aportados e eventos previamente autorizados pelas referidas diretorias têm sua continuidade assegurada”. Novas ações a serem iniciadas

pelos superintendentes regionais terão suas solicitações acompanhadas pela Diretoria de Gestão Operacional, completa.

Nos últimos meses, o presidente Jair Bolsonaro tem participado de vários eventos de entrega de títulos de propriedade no país. Em 14 de abril, por exemplo, ele foi a João Pinheiro (MG) entregar certificados de terras e, em discurso, exaltou os produtores rurais, uma de suas principais bases de apoio.

O Inkra informa que, tão logo o orçamento seja equacionado, “será feita a reprogramação das atividades da Autarquia para a retomada de todas as atividades externas”.

## PREVIDÊNCIA PRIVADA

## Parte do sustento de 3% dos aposentados

A previdência privada ainda é pouco disseminada na população brasileira — apenas 3% dos aposentados têm a modalidade como parte do sustento. A conclusão está na pesquisa Raio X do Investidor Brasileiro, feita pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), em parceria com o Datafolha.

Os recursos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) são a fonte de renda de 92% dos aposentados brasileiros. Segundo a Anbima, o percentual de aposentados que recorrem à previdência complementar é o mesmo dos que vivem de salário próprio ou de suas empresas (3%), o que quer dizer que ainda há uma parcela de aposentados que trabalha.

Recursos provenientes da família ou filhos foram citados por 2% dos aposentados. Rendas de pensão, aluguel de imóveis e aplicações financeiras contribuem para 1% dos aposentados, cada modalidade.

Segundo o superintendente de Comunicação, Certificação e Educação de Investidores da Anbima, Marcelo Billi, um dos fatores que levam à baixa adesão à previdência privada, apesar de benefícios tributários e a possibilidade de contribuição das empresas para aposentadoria dos empregados, é que os brasileiros não conseguem separar renda para investir.

“Uma pequena parcela da população consegue poupar. Cerca de 70% da população não consegue fazer sobra renda no fim do mês. Dos 31% que tinham algum investimento no final de 2021, só 6% conseguiram fazer uma aplicação naquele ano”, disse, citando outros dados da pesquisa.

Billi acrescentou que a crise gerada pela pandemia da covid-19 tornou ainda mais difícil separar renda para o futuro. “Há, portanto, um fator conjuntural, com perda de rendimentos brasileiros, e um comportamental, que é não pensar no futuro”, acrescentou.

## Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

## Opereta do tapetão

Useiro na tática de criar factoides sempre que os eventos de seu governo não saem como esperado, Jair Bolsonaro esgarçou a corda da tolerância absurdamente elástica das instituições da República ao envolver as Forças Armadas na suspeição da República eletrônica e pôr em causa a idoneidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A eleição será no ainda distante 2 de outubro, com segundo turno, se necessário, no dia 30 seguinte, mas, se já se diz preocupado com as urnas eletrônicas e com o eficiente sistema de apuração de votos pelo TSE com o qual se elegeu em sete eleições, assim como aos seus filhos senador, deputado e vereador, sem nunca reclamar, então deve ter elementos para se sentir derrotado de véspera.

Certamente, dada a timidez das reações aos faniquitos que marcam a sua atabalhoada Presidência, não imaginava encontrar nos tribunais superiores, depois de quase quatro anos de campanha deliberada para minar a credibilidade do Supremo Tribunal Federal (STF), capacidade de resistência a seu ímpeto autocrático, inspirado em Donald Trump.

O ex-presidente dos Estados Unidos perdeu a eleição e incitou uma turba de radicais a invadir o Congresso para tentar impedir a proclamação de Joe Biden. Presentindo uma eleição apertada, Trump passou a lançar suspeitas sobre a higidez do sistema eleitoral dos EUA com mais de um ano de antecedência. Bolsonaro segue tal enredo.

A diferença é que Trump tentou aliciar as Forças Armadas e não foi bem-sucedido. Os detalhes sórdidos da trama golpista estão no livro recém-lançado pelo seu ex-secretário de Defesa Mark Esper.

O chefe do Estado Maior Conjunto, general Mark Milley, já havia revelado em 2021 ter recusado ordens para atirar em manifestantes contrários em Washington e que chegou a temer que ele preparava um golpe. Milley disse à presidente da Câmara, Nancy Pelosi, suspeito de que Trump tivesse sofrido um declínio mental depois da derrota.

Bolsonaro tem apoio de generais de pijama palacianos e do ministro da Defesa, o também general Paulo Sérgio Oliveira, ao menos no caso do embate com o TSE. Não é certo que a maioria dos generais do Alto Comando do Exército esteja confortável com essa situação.

Intuindo a desgraça em marcha na Europa, Albert Einstein disse na conferência de desarmamento de 1932 que a desorganização política colocara uma “navalha nas mãos de uma criança de três anos”. No Brasil de hoje, o insight de Einstein tem algo de presciente.

## A quebra da liturgia

A verdade é que não se vive tempos normais no país, como bem disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco: “É inimaginável pensar que seja necessário defender o Judiciário de ataques sem fundamento”. O erro foi lá atrás, quando o ministro Luís Roberto Barroso supôs que convidando as Forças Armadas para participar da comissão técnica que estuda a segurança do sistema eleitoral poderia neutralizar os ataques contínuos de Bolsonaro às urnas eletrônicas.

Precisou o atual presidente do TSE, ministro Edson Fachin, afirmar que eleição é assunto para as “forças desarmadas”, isso depois de o ministro da Defesa ter pedido audiência com ele para falar do tema e avocar toda a correspondência relativa ao assunto entre o tribunal e o Exército. Embora seja general, o ministro Paulo Sérgio representa o governo e não mais o Exército, do qual foi comandante, que é uma instituição do Estado e não do presidente.

Foi mais a quebra da liturgia entre os poderes da República, que são apenas três — o Judiciário, o Legislativo e o Executivo —, que o risco de subversão militar o que turvou o ambiente. Se antes havia dúvidas, agora há a convicção nas Cortes superiores e no Congresso de que Bolsonaro ataca e é atado por setores militares, sobretudo pelo generalato palaciano, a endurecer a pressão sobre o TSE.

## Que a sociedade reaja

O que fazer? A mensagem de comandantes de tropas a lideranças do empresariado é de que a força não tem nada a ver com as armações palacianas. Mas há o risco, à falta de uma reação contundente da sociedade organizada, de arruaca contra a legitimidade da apuração se as urnas negarem a Bolsonaro a reeleição.

Um pouco do cenário conturbado também se deve ao caráter binário da eleição em que um dos lados opera sem escrúpulos, ao gosto dos interesses nebulosos que movem a política desde os governos do PT e de Michel Temer, e o outro lidera as pesquisas, mas não credenciar até agora interlocutores de sua total confiança.

Lula confia em Geraldo Alckmin como vice para desfazer receios do mercado financeiro, os tais *fariálimers*, e reabrir os caminhos aos grandes empresários, fechados depois do impeachment de Dilma e de sua prisão pela Lava-Jato.

Não atentou que Geraldo, como é chamado, nunca circulou com desenvoltura junto ao capital e entre os chefes dos partidos. Sem a máquina do PSDB, hoje uma sombra do que já foi, é só um político conservador provinciano pouco sagaz, ou não teria sido passado para trás pelo seu protegido João Dória.

O que vem pela frente dependerá de articulações e consensos entre as forças reais da política e da economia em conjunto com as elites da burocracia federal, o Judiciário e os governadores. Certo é que aventuras golpistas são menos prováveis hoje do que já foram.

Quando antes se aclare o ambiente, mais tempo haverá para cuidar do que realmente importa: convencer as novas formações da Câmara e do Senado, além do Executivo, da necessidade de um programa que suste e reverta a longa e silenciosa decadência da economia. Não haverá tal consenso sem governo e burocracia aptas, mais a inteligência nacional, para formular e, sobretudo, para implantar outra missão.

A nota promissora é que as articulações estão em processo. Plano e gente motivada, inclusive no exterior, também há. Falta o gatilho.

Existindo tais condições, artigos de extração fundamentalista na imprensa, como os que cancelam críticos do teto de gasto público, indiferentes ao fato de que não há mercado forte sem um Estado eficiente, tenha ele o tamanho que tiver de ter, serão o que são: meramente ridículos.

O relançamento do Brasil admirado no mundo e cobiçado por todos os capitais, no ano do bicentenário da independência, está na mão. Mas os envolvidos, candidatos e eleitores, em suma, nós mesmos, têm de se convencer de que somos os responsáveis pelo resultado, e não os demagogos de plantão e os vendedores de ilusões.

## Caixa estuda microcrédito

Caixa Econômica/Divulgação



Com o intuito de aprofundar os estudos sobre operações de microcrédito, o presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães (centro), e uma equipe do banco visitaram Bogotá, capital da Colômbia. Guimarães e funcionários de diferentes áreas da Caixa já passaram por Bangladesh, Quênia, México e Peru a fim de observar a concessão do microcrédito. As próximas visitas serão em Ruanda, Tanzânia, Índia e Indonésia. “Já chegamos próximos a dois milhões de clientes em microcrédito, e continuamos como a única instituição financeira que faz o Microcrédito SIM Digital, com garantia da Federação Goiana dos Municípios (FGM)”, disse Guimarães. O programa de microcrédito é voltado para empreendedores individuais, tanto pessoa física quanto MEI.